

A teoria da representação na terceira meditação: a originalidade da metafísica cartesiana

João Antônio Ferrer Guimarães¹

RESUMO: O presente artigo discute a teoria cartesiana da representação ao analisar a estrutura interna do pensamento e a função da idéia na apreensão e construção de um conhecimento seguro. Apresenta, portanto, argumentos que justificam a originalidade dessa teoria no âmbito do pensamento moderno. Pretendemos mostrar que é o sentido original dado por Descartes à noção de idéia, como conteúdo representacional que evidencia uma realidade, que faz com que toda a base de um conhecimento rigoroso da ciência possa ser compreendido através da instancia interna do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Metafísica; Cogito; Pensamento; Sujeito.

ABSTRACT: The current article discusses the Cartesian theory of the representation analyzing the internal structure of the thinking and the function of the idea in the apprehension and the making of a safe knowledge. Therefore it presents arguments which justify the originality of this theory in the scope of the modern knowledge. We intend to show that the original sense given by Descartes to the notion of idea, as a representational content which underlines the reality, which makes that all the base of a rigorous knowledge of the science is possible to be understood through the internal instance of the subject.

KEYWORDS: Metaphysics; Cogito; Thinking; Subject.

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito sobre a Terceira Meditação das *Meditações Concernentes à Filosofia Primeira* de René Descartes (1596-1650), principalmente porque nela aparecem as duas primeiras provas da existência de Deus – as chamadas provas pelos efeitos –, ponto considerado capital na sua metafísica do fundamento. Isto se justifica porque, a partir daí, o critério de verdade, apenas intuído e validado momentaneamente pela auto-evidência do cogito, pode ser validado universalmente, possibilitando a consolidação de um conhecimento certo, base para a ciência rigorosa que ambiciona o filósofo. No entanto, este importante texto não pode ser resumido às provas acima citadas. Os argumentos que compõem as demonstrações da existência da substância infinita, tão-somente, não justificam a originalidade de Descartes. A metafísica cartesiana apresenta na sua Terceira Meditação uma nova concepção da noção de idéia – fundamental para a sua epistemologia – esta sim original, que, doravante, não será desconsiderada pela modernidade, sendo alvo de inúmeros ataques e tentativas de superação.

Entendemos, portanto, que a primeira parte da Terceira Meditação – o que corresponde aos primeiros 21 parágrafos – é dedicada à construção de uma nova teoria da idéia, uma teoria da idéia como representação. Essa teoria da representação terá uma profunda implicação para a metafísica cartesiana, revelando a importância e a dependência de toda verdade em relação aos conteúdos dados à consciência de um sujeito que, doravante, compreende que somente tem acesso a esses conteúdos para conhecer o que quer que seja. Isso implicará, em última análise, na dependência que a demonstração da existência de Deus pelos efeitos – tema central da Terceira Meditação – terá em relação à existência desse sujeito, que essencialmente se constitui como sujeito de representações.

Ao observarmos a história da filosofia – moderna e a que a antecede –, verificamos que o termo *Idéia* aparece, basicamente, em duas acepções distintas. Num primeiro sentido, a *Idéia* é tomada como um substrato ou uma essência que, de certo modo, explica a multiplicidade dos entes. Nesse sentido, o termo *Idéia* remonta à tradição Grega e foi normalmente traduzido para o Latim medieval como *Forma*. Assim denominado, o termo apresentou-se muitas vezes ambíguo e obscuro (COTTINGHAM, 1995, p. 76). De todo modo, podemos afirmar com certa segurança que *Forma* designa aquilo que nos permite conhecer a essência de algo, para além da coisa mesma, cuja existência se mostra aos sentidos. Como sabemos, para Platão, as

Idéias ou Formas, constituem objetos de entendimento, eternos e perfeitos, portanto, imutáveis, cuja existência está para além dos entes particulares mutáveis que são percebidos pelos sentidos². Portanto, as Formas consistem nos modelos perfeitos destes mesmos entes, que se resumem apenas a cópias imperfeitas. As Idéias são, portanto, paradigmas que a razão almeja apreender na sua totalidade.

Na Idade Média, pensadores como Santo Agostinho e São Tomás mantiveram o sentido da tradição, de certo modo, inalterado. Quando se referem à Idéia ou Forma, continuam a considerá-la como um arquétipo, mas este passa a estar presente somente na mente de Deus. Como afirma São Tomás (*Sententiae*, I, 36, 2, 1)³, “as Idéias, sendo os exemplares originais dos quais as coisas criadas no mundo são imitações, só podem situar-se na mente de Deus”. Assim, se nos reportarmos à tradição, as Idéias são apresentadas como independentes da razão na medida em que não são consideradas entidades psicológicas. É precisamente neste ponto que se verifica o segundo sentido do uso do termo, que será introduzido por Descartes. O termo Idéia passa a ser usado com o sentido de representação que tanto designa um objeto dado na consciência, como a forma do pensamento em geral⁴. A Idéia passa, portanto, a ser um tipo de modificação que se verifica na consciência; ela é um modo de ser do pensamento, aquilo que identifica o sujeito pensante como um sujeito de representações. O que pretendemos nesse texto é analisar, ainda que resumidamente, como esta nova definição pode ser entendida.

PENSAMENTO E IDÉIA

Na leitura do texto que segue as *Meditações Metafísicas*, denominado *Objeções e Respostas*, verificamos ao final das *Segundas Respostas* (DESCARTES, 1983, p. 169) o que Descartes chama de *Razões que Provam a Existência de Deus e a Distinção que há entre o Espírito e o Corpo Humano*, onde uma parte significativa do seu sistema encontra-se exposta de forma geométrica – ou seja, as provas para a existência de Deus e a distinção real entre as substâncias pensante e extensa, presentes nas *Meditações Metafísicas* são novamente demonstradas⁵. Nas definições, que dão início ao texto das *Razões*, Descartes apresenta uma nítida distinção entre a idéia e as outras estruturas que compõem o entendimento realçando a importância da noção de idéia para a construção da sua epistemologia. Nas duas primeiras definições, as características da idéia e do pensamento são esclarecidas. Pelas peculi-

aridades apresentadas nessas definições, uma clara diferença pode ser apreendida entre estas duas estruturas. Vejamos quais são essas peculiaridades e quais as diferenças que caracterizam as duas noções aqui implicadas.

A primeira definição trata do pensamento que é apresentado como tudo aquilo de que temos consciência imediata. “Pelo nome *pensamento*, compreendo tudo quanto está de tal modo em nós que somos imediatamente seus conhecedores. Assim, todas as operações da vontade, do entendimento, da imaginação e dos sentidos são pensamentos” (DESCARTES, 1983, p. 169). Essa definição faz referência direta à natureza da substância pensante, pois é o pensamento que a define tendo em vista ser ele seu atributo principal. A definição número dois trata da idéia e a toma como sendo a forma de todo e qualquer pensamento. “Pelo nome de *idéia*, entendo esta forma de cada um de nossos pensamentos por cuja percepção imediata temos conhecimento desses mesmos pensamentos” (DESCARTES, 1983, p. 169). É essa característica, tomada pela idéia, que irá permitir uma compreensão mais clara sobre os aspectos lógicos e psicológicos da natureza específica deste modo especial do pensamento – tendo em vista que a idéia enquanto modo representacional acompanha todos os outros modos que compõem o pensamento. Posto isto, para entendermos melhor esta característica tomada pela idéia, vamos analisar estes dois aspectos mais detidamente.

Podemos afirmar que a natureza de uma idéia, tomando-a do ponto de vista psicológico, ou seja, como uma modificação que diz respeito a um ato interno do sujeito pensante, “não exige de si nenhuma outra realidade formal além da que recebe do pensamento” (DESCARTES, 1983, p. 104). Também podemos dizer que a idéia participa ou é inerente a todo ato de consciência, tendo em vista que todo ato consciente é acompanhado por uma representação. Esta participação da idéia torna o sujeito pensante consciente de que é autor destes atos específicos, ou seja, é autor de seus pensamentos. É, portanto, um sujeito de pensamentos. Isso significa também que a idéia, que está presente a todo ato cognitivo, constitui-se num modo do pensamento que, de certa maneira, dá forma ao próprio pensamento. Por esta razão, já podemos afirmar que, se o entendimento percebe ser sujeito destes atos conscientes, que são seus pensamentos, percebe também, de forma imediata, o conteúdo destes mesmos atos. Tomando essa interpretação como correta, a via de análise aqui traçada nos permite assegurar, num primeiro momento, que não existem diferenças tanto de grau como de qualidade entre as idéias. Ou seja, não existem idéias melhores nem idéias que se mostram mais fortes ou mais fracas, fundamentais ou circunstanciais; todas elas são elementos que auxiliam o entendimento no sentido de diferenciar as ações da consciência da sua característica mais especial que aparece em

primeiro lugar dentre as definições epistemológicas do sistema: o pensamento. Assim sendo, como modo de ser do pensar, a idéia remete-se à forma do pensar. Forma essa que admite diferenciações somente na medida em que determinados conteúdos surgem perante o entendimento como representações.

Se tomarmos, por outro lado, as idéias sob outro aspecto, sob um prisma lógico, então devemos aceitar que elas comportam diferenças cruciais entre si. Estas diferenças podem ser observadas através de uma característica especial da idéia, ou seja, o fato de que elas possuem um conteúdo representacional que as caracteriza como representando coisas específicas, coisas que são tomadas como “objetos” distintos, que são dados na mente (CHAPPELL, 1996, p. 178). Ou seja, cada idéia, tomada como representação é representação de algo, e contém uma determinada realidade que especifica o “algo” representado. Esta realidade será denominada por Descartes como sendo a “realidade objetiva” do conteúdo da representação. Aqui as idéias mostram-se com um aspecto não dependente do entendimento, mas devemos frisar que esta é uma independência relativa, pois se refere a sua individualização e qualificação que é determinada apenas por sua realidade dita objetiva. Na verdade, essa realidade torna o objeto representado no entendimento independente de qualquer exterioridade, pelo menos enquanto for tomado como uma representação. Desse modo, podemos afirmar, por exemplo, que ter a representação do mundo não nos autoriza a subsequente afirmação de que temos o próprio mundo. A apreensão do mundo merecerá uma análise que deverá levar em conta um outro elemento, o valor objetivo das representações⁶ – valor objetivo que, diga-se de passagem, não se refere apenas às representações de objetos empíricos, posto que todas as idéias, e dentre elas mais claramente as idéias de substâncias, são suscetíveis de alcançar essa qualidade por serem entes reais, embora se trate, no caso da idéia de substância, de entes imateriais.

O uso da expressão “realidade objetiva” cuja significação Descartes apresenta no texto das *Razões* – mais precisamente na definição terceira e que se refere à realidade do conteúdo da representação (DESCARTES, 1983, p. 169) – pode ser considerado como ponto central nessa nova definição do conceito de idéia. Mais precisamente, no que diz respeito à idéia enquanto modo representacional da *res cogitans*. A compreensão das características e das relações que se seguem ao uso desta noção de realidade propiciará a compreensão de como o conhecimento verdadeiro pode ser adquirido e justificado mostrando a importância fundamental da representação. Ou seja, entender esta relação – a relação da idéia com seu conteúdo representacional – nos fornecerá a compreensão da estrutura básica do sistema metafísico-epistemológico proposto por Descartes.

Desta maneira, quando falamos da forma geral do pensamento, pressupomos que este pensamento é constituído por um atributo principal e por modos que determinam todos os atos que são processados na medida em que pensamos. A idéia é um modo deste atributo principal, mas constitui um modo especial que determina todos aqueles conteúdos que estão presentes na mente. Inclui-se aí o conteúdo de todos os outros modos de pensar – isso significa dizer que a todo o modo de pensar, encontra-se agregada uma representação.

Assim, podemos considerar legítima a asserção apresentada na segunda definição do texto das *Razões* que afirma ser a idéia a forma geral de todo o pensamento. Isto porque ao conceber qualquer coisa, ou ao produzir qualquer intelecção, esta só pode ser percebida pelo entendimento por intermédio de uma idéia que expressa o conteúdo e determina a realidade desta mesma intelecção.

IDÉIA ENQUANTO MODO PRINCIPAL DO PENSAMENTO

Segundo Descartes, os modos do pensamento são descritos, em primeiro lugar, levando-se em consideração a forma geral em que são dados ao entendimento e, posteriormente, distinguindo suas peculiaridades a partir de ações – fundadas em faculdades constitutivas da estrutura interna do *cogito* – que acompanham cada pensamento em particular. Assim, diz Descartes:

Entre meus pensamentos, alguns são como as imagens das coisas e só àqueles convém propriamente o nome de idéia. Como no momento em que eu represento um homem ou uma quimera ou mesmo Deus. Outros, além disso, têm algumas outras formas: como, no momento em que eu quero, que eu temo, que eu afirmo ou que eu nego, então concebo efetivamente uma coisa como o sujeito da ação de meu espírito, mas acrescento também alguma outra coisa por esta ação à idéia que tenho daquela coisa; E desse gênero de pensamentos, uns são chamados vontades ou afecções, e outros juízos (DESCARTES, 1983, p. 101).

A partir desta descrição, podemos distinguir as idéias, que são “como imagens das coisas⁷”, e as outras ações do entendimento que acrescentam algo ou são combinadas com aquelas “imagens”, constituindo todo o conjunto dos atos do pensamento. Através da análise desta distinção, podemos também dizer que a idéia enquanto modo do pensamento tem prioridade em relação aos outros modos ou ações do pensamento, que são frutos das afecções e dos juízos. Isto pode ser verificado na citação

acima, na qual o pensamento é o atributo primeiro do sujeito pensante e os seus modos, ou atos, envolvem sempre uma intelecção que, considerada em seu conteúdo, será sempre uma representação. Assim, sendo a idéia a estrutura formal de qualquer intelecção, segue-se que todos os outros modos ou atos do pensamento, para serem realizados, necessitam dessa estrutura formal, pois, toda ação realizada pelo pensamento necessita de um conteúdo que somente a idéia, por ser o modo representacional do pensamento, possui. A idéia, por outro lado, não necessita de nenhum dos modos do pensamento para efetivar-se como um ato específico de pensar. Isto nos mostra que esse modo especial é autônomo, enquanto os outros modos estão associados necessariamente a uma idéia para se constituírem enquanto representação.

A partir daqui, então, fica claro o papel fundamental da idéia enquanto modo principal da *res cogitans*, no que diz respeito à definição de uma fundamentação válida para o critério de evidência; pois o critério de evidência – que se refere à clareza e distinção dos conteúdos das representações –, para ser aplicado, necessita de uma idéia tomada enquanto uma representação. Este critério é imprescindível para a construção da cadeia de argumentos que constituem todo o conhecimento seguro, bem como para fundamentar a ciência verdadeira proposta pelo sistema cartesiano.

Apresentando a questão do ponto de vista de uma conclusão preliminar, podemos afirmar que tudo o que é imediatamente percebido pela consciência é percebido graças a uma representação que nada mais é do que a representação de algo pela idéia. Essa representação se mostra sempre frente a uma consciência. Ela confere realidade, enquanto entidade mental, aos objetos que a consciência percebe e, por isso, deve ser entendida como uma imagem.

IDÉIA COMO “IMAGEM DAS COISAS”

Analisando neste sentido mais amplo, a função prioritária da idéia é a de tornar o sujeito pensante consciente dos seus atos. Neste caso, podemos afirmar que toda e qualquer maneira de pensar necessariamente caracteriza-se por ser consciente. Se a idéia, enquanto forma do pensamento, torna o sujeito consciente de si, e se ao realizar o ato de pensar o sujeito utiliza este atributo inerente à *res cogitans*, ou seja, realiza-se como sujeito pensante, então é correta a afirmação de que o enunciado “eu penso”, ao ser pensado, automaticamente rompe com a cadeia da dúvida. Isto acontece porque os atos realizados pelo sujeito pensante, que o tornam consciente de si, permitem a este sujeito afirmar a sua própria existência. Como assegura Descartes:

Serei de tal modo dependente do corpo e dos sentidos que não possa existir sem eles? Mas eu me persuadi de que nada existia no mundo, que não havia nenhum céu, nenhuma terra, espíritos alguns, nem corpos alguns; não me persuadi também, portanto de que eu não existia? Certamente não, eu existia sem dúvida, se é que me persuadi, ou apenas, pensei alguma coisa (DESCARTES, 1983, p. 92).

Assim, pensar – ou perceber representações como objetos dados à consciência –, remete também à compreensão de que aquilo que é pensado, de certa forma, faz parte de um ser com existência atual. O que também leva Descartes a concluir, que aquilo que se apresenta perante este sujeito, que efetivamente é um ente real – embora imaterial –, contém realidade enquanto um objeto específico mesmo que, em alguns casos, esta representação se apresente de forma confusa. Toda representação, portanto, tem realidade e afirma a existência do sujeito do ato de representar. O rompimento verificado aqui na cadeia da dúvida universalizada só pode ser concretizado, ao menos no que diz respeito aos atos internos da consciência, porque através da instauração da dúvida foi permitido que se dissociasse o que era um ato consciente – todo ato de qualquer um dos modos do pensamento – daquilo que poderia ser uma realidade formal ou atual, no sentido de realidades existindo fora do pensamento. Ou seja, introduziu-se uma nova noção de objeto: o objeto como representação⁸, ou como fenômeno mental.

Como sabemos, a dúvida radical põe em suspenso todas as possíveis realidades formais ou atuais, bem como toda a certeza, de cada modo do pensamento, porém o ato em si de pensar escapa à dúvida⁹. Deve-se frisar aqui que o *cogito* só escapa à dúvida na medida em que é pensado, tornando-o uma verdade momentânea. O *cogito*, também, não é a primeira verdade da filosofia – no sentido de ser o preâmbulo que fundamenta a ciência rigorosa que, sistematicamente, descreveria o universo – mas sim o primeiro princípio a partir do qual as outras verdades podem ser encontradas¹⁰ (LANDIM, 1994, p. 25). Portanto, ele só é verdadeiro quando é pensado atualmente. A permanência da sua verdade, no entanto, só pode ser concretizada após a validação da regra geral de verdade. Ou seja, após a prova da existência de um Deus veraz que constitui o fundamento efetivo do critério da verdade em geral, pode o *cogito* deixar de ser uma verdade momentânea para se tornar uma verdade universal.

No entanto, mesmo que a verdade desta autoconsciência conferida ao sujeito pela idéia enquanto forma do pensamento não possa ainda ser validada, é um fato que a idéia é uma maneira de representar “coisas” que se remete sempre à percepção do sujeito pensante como sujeito dessa representação. O próprio enunciado

do *cogito* está incluído neste conjunto de representações, que são todos os conteúdos das idéias, com a característica de que ele se apresenta como auto-evidente para o entendimento. Parece não ser outro o significado dessa função primordial da idéia para Descartes (DESCARTES, 1983, p. 169), pois, como já foi dito, a idéia é entendida como a forma de todos os pensamentos, que permite que estes mesmos pensamentos sejam imediatamente percebidos.

Sendo assim, a idéia enquanto forma do pensamento não só torna consciente ao sujeito os seus atos de pensamento – visto que todos os modos do pensamento envolvem uma idéia – mas prioritariamente torna o sujeito consciente da sua existência enquanto sujeito destes atos. Ou seja, embora possamos afirmar que o pensamento constitui uma unidade – fato que sempre foi admitido por Descartes –¹¹, o conteúdo das representações é sempre distinto do pensamento visto que toda idéia detém uma determinada realidade, representa alguma coisa. Essa “alguma coisa” se apresenta frente à consciência como algo distinto; esse fato se torna claro por uma intuição que reflete uma noção comum, o princípio de não contradição. Desta maneira, não podemos pensar em algo sem que tenhamos, de forma imediata, o enunciado “eu penso” como patrocinador deste ato. Com esta compreensão, o enunciado que segue, “eu sou”, expressaria a característica fundamental de todo e qualquer ato de consciência. Isto porque o *cogito* é uma natureza simples e, neste caso, seu conteúdo é imediatamente percebido pelo entendimento. Por ele ser auto-evidente, o conteúdo deste enunciado, “eu penso”, é claro e distinto. Assim, a idéia, tomada como uma forma do pensamento apresenta a mesma característica fundamental do *cogito*: ser auto-evidente.

Tendo presente que no sistema cartesiano a ligação entre as noções mais elementares necessita de um fundamento que as una – fundamento esse dado ontologicamente –, podemos dizer que a relação entre a idéia expressa no enunciado “eu sou” e a idéia de que “eu sou um ser que representa coisas que se encontram fora de mim” somente pode ser válida após a elucidação da estrutura ontológica fundamental. Estrutura essa que irá legitimar a possível relação entre as duas substâncias – a *res cogitans* e a *res extensa* –, bem como concluirá pela existência desta última. Esta estrutura ontológica é expressa pela idéia do Deus verdadeiro. Sem isto, a dúvida permanece sendo um artifício racionalmente válido no tocante à *res extensa*, visto que somente o *cogito*, antes da validação da regra geral de verdade, pode ser considerado verdadeiro, e mesmo assim apenas momentaneamente. Desse modo, as idéias claras e distintas, mesmo tendo esta característica, não podem ainda ser consideradas verdadeiras.

Mesmo com esta conclusão provisória, podemos afirmar que as representações, os objetos enquanto conteúdos de idéias que aparecem para esta substância que se auto-evidência, possuem realidade; mesmo que delas não possamos afirmar verdade ou falsidade. Dizer, portanto, que as idéias são como “imagens das coisas” nada mais é do que afirmar que são representações dadas na mente. Estas representações contêm um grau de realidade determinado. Portanto, pelo menos por enquanto, não obstante Descartes afirmar que as idéias “são como as imagens das coisas”, ele não está autorizado a prosseguir e afirmar que as coisas em si existem ou têm realidade. A idéia de qualquer objeto independe da existência atual desse objeto.

A REPRESENTAÇÃO

Nessa última parte, analisaremos as idéias num contexto mais restrito. Podemos agora afirmar que elas são modos de pensar que apresentam diversas representações perante a consciência. Essas representações apresentam conteúdos que o sujeito pensante percebe como “objetos” perante ele. Ou seja, o termo “objeto” está sendo referido aqui a uma realidade específica que se distingue de qualquer outra realidade representada, bem como de qualquer outro objeto¹². Na medida em que está presente na consciência, e não é propriamente a consciência, esta representação se diferencia do próprio sujeito, tornando-o consciente de si, mas principalmente consciente de que está diante de algo.

Mesmo após a eliminação da dúvida metódica, que é apresentada na Primeira Meditação, e a partir da demonstração da existência de Deus, apresentada na Terceira Meditação, e que, portanto, a existência dos corpos exteriores ao pensamento tiver sido proposta como possível, a partir da apreensão de sua essência na Quinta Meditação; mesmo após ficar demonstrado que os corpos exteriores são, ocasionalmente, causas de idéias denominadas adventícias, ainda assim, o que é percebido imediatamente como real e que contém uma determinada realidade é sempre a idéia de alguma coisa. Essa coisa é um objeto dado na consciência por uma representação. É a idéia de alguma coisa que se configura como um objeto ou uma “coisa” distinta. Portanto, é um objeto ou uma “coisa”, não como imagem de um objeto extenso – mesmo que represente um algo com valor objetivo, existindo atualmente –, mas sim enquanto um conteúdo representacional da consciência.

Como afirmamos anteriormente, uma representação dada frente à consciência não faz parte da estrutura da própria consciência¹³ – a razão disto é que aqui

se trata tão somente da idéia como conteúdo e não mais como forma –, porque esta representação é uma “coisa”, ou um objeto, percebido pelo sujeito pensante como diferente de si mesmo. Ao mesmo tempo, o sujeito pensante, ao perceber algo, diferencia o que percebe, como uma percepção dada na consciência, das coisas mesmas. Isto é, nesta percepção não está implicada, num primeiro momento, nenhuma ligação com qualquer objeto com existência atual. Isto pelo fato de que o sujeito pensante, ao apreender uma percepção, toma consciência de que ao objeto daí surgido só pode ser associada uma realidade enquanto objeto, ou conteúdo, de pensamento. Isto caracteriza a idéia como uma “coisa”, com realidade na consciência. Deste modo, podemos entender de forma mais clara a afirmação de Descartes de que “entre meus pensamentos, alguns são como as imagens das coisas, e só àqueles convém propriamente o nome de idéia” (DESCARTES, 1983, p. 101).

Imagens não são modelos ou cópias das coisas extensas – uma imagem não é um arquétipo ou uma forma perfeita da multiplicidade imperfeita, como já foi afirmado no início desse artigo – mas são isto sim, representações mentais que nem sempre reproduzem realidades existindo exteriormente ao pensamento. O que constitui um fato é que, sendo imagem de algo, estes pensamentos apresentam realidade formal no que tange às coisas que representam. É um princípio, para Descartes, que todo efeito, ou realidade, deve ter uma realidade como sua causa.

Num primeiro momento, o objeto dado na consciência apresenta um conteúdo que só diz respeito ao sujeito pensante, pois é uma representação de um modo determinado deste sujeito. Isto é, enquanto objeto ou “coisa”, o conteúdo de uma idéia se apresenta como uma entidade determinada e distinta para a consciência. Esta entidade se apresenta à consciência como uma representação. Ora, a representação na consciência se configura como um objeto com existência efetiva no pensamento. Portanto, o objeto representado na consciência é uma entidade que contém realidade objetiva, determinando a partir de sua presença a possibilidade da existência de uma realidade formal ou atual. Assim, representar significa tornar presente à consciência uma coisa que está ali no lugar de outra coisa cuja existência é apenas possível (LANDIN, 1992, p. 61).

Neste sentido podemos dizer que o conceito de objeto apresentado por Descartes tem um duplo significado. Ao mesmo tempo ele representa uma coisa que tem realidade no pensamento – portanto, como objeto apresenta uma realidade objetiva –, mas também pode ser o representante de uma “coisa” possível – no sentido de uma “coisa” com extensão e que, por isso, contém uma realidade deno-

minada de formal ou atual. Não é nosso objetivo aqui tratar da relação entre estas duas realidades – a realidade objetiva e a realidade formal –, mas podemos afirmar que é essa a via através da qual será possível retomar a certeza sobre a existência do mundo, partindo de sua representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão do que foi exposto acima, podemos afirmar duas coisas que consideramos originais na noção cartesiana de idéia. Primeiramente, a idéia não é o próprio objeto empírico, ou qualquer objeto extra-mental¹⁴ dado na consciência, nem é uma imagem do objeto. Ela é uma entidade com existência concreta na mente e essa distinção é fundamental, pois é deste modo que podemos entender o fato de ser a idéia, e não as coisas empíricas ou qualquer essência imaterial, aquilo que é imediatamente tornado consciente para o pensamento. Em segundo lugar, essa noção de idéia remete-se à questão da verdade no sistema cartesiano, bem como a importância do juízo na determinação dessa verdade para o conhecimento rigoroso nas ciências. Essa questão é resolvida mostrando que a relação entre o princípio de causalidade e o acesso às verdades primeiras da ciência só pode ser concretizada porque, desde sempre, temos em nós certas representações que compõem a base axiomática destas verdades e que o acesso a estas verdades só é possível através do modo representacional do pensamento: a idéia. Idéia, por isso mesmo, que deve ser considerada a estrutura chave para a construção da epistemologia cartesiana.

Desse modo, o papel do sujeito no pensamento cartesiano nos remete a um novo patamar no âmbito da investigação filosófica. Doravante este passa a ser o elemento chave para que possamos determinar qual conhecimento podemos almejar e quais são seus limites. É o fato de ter idéias, e mais precisamente, de ter acesso somente a representações, que determina todo o percurso de uma nova teoria do conhecimento tendo o sujeito como núcleo. Isso, no entanto, remete a uma nova série de questionamentos que envolvem a realidade em si mesma e como esse sujeito tem acesso a ela. O problema do “mundo exterior” – não de sua existência, que para Descartes não é questionada – passa a ser discutido na medida em que a razão se vê na seguinte situação: ou identificar a partir de seus elementos internos – suas representações claras e distintas – a estrutura do mundo; ou construir a estrutura do mundo – que, nesse caso, não pode ser conhecida – a partir única e exclusivamente de suas representações.

NOTAS

- ¹ Mestre em Filosofia pela UFSC. Professor Assistente de História da Filosofia Moderna CCSH – UNIOESTE.
- ² Conferir PLATÃO, 507e – 511a.
- ³ Citado por COTTINGHAM, 1995, p. 76.
- ⁴ É importante aqui frisar que o termo *idéia*, nas próprias palavras de Descartes no prefácio das *Meditações Metafísicas*, se apresenta ambíguo. Isto significa, segundo Vere Chappell (CHAPPELL, 1996, p. 177), que também em Descartes o “termo” *idéia* pode ser tomado em dois sentidos. No sentido material a *idéia* consiste numa ação do intelecto e nesse sentido a *idéia* não pode ser entendida como mais perfeita do que o próprio intelecto. Por outro lado, tomando a *idéia* no sentido objetivo, como a representação de algo com realidade – não necessariamente empírica – a *idéia* pode ser mais perfeita do que o intelecto dependendo da sua essência. Assim, essa distinção seria fundamental para entendermos a teoria cartesiana da representação.
- ⁵ É importante notar que Descartes distingue duas ordens para a investigação da verdade, uma ordem analítica e uma ordem sintética. O texto em questão encontra-se exposto na ordem sintética. Isso, segundo Martial Gueroult (GUEROULT, 1968a, pp. 22-23), leva a uma importante consequência. A ordem sintética não é a efetiva via da verdade, o que faz com que os argumentos expostos não apresentem a mesma profundidade que apresentam na via analítica. Gueroult dá como exemplo a colocação da prova ontológica que é distinta daquela apresentada nas *Meditações*, levando a uma demonstração mais frágil. Isso, no entanto, não interfere na solidez do conteúdo das definições, que é o que nos interessa nesse momento. A noção de *idéia* aparece aqui com grande clareza, definindo o elemento fundamental da epistemologia cartesiana.
- ⁶ A relação entre a realidade dos conteúdos das *idéias* e sua causa, que deverá conter uma realidade que Descartes chama formal, não será abordada nesse texto. No entanto, devemos salientar que essa relação é essencial para que a causa, e não a dependência, de uma representação seja determinada. Ela envolve o princípio de causalidade que dará condições para Descartes afirmar que algumas *idéias* são representações de realidades com existência possível fora da mente, ou seja, que algumas representações têm valor objetivo. Cf. DESCARTES, 1983, p. 104-105. O valor objetivo de uma *idéia*, portanto, refere-se a sua condição de ser não apenas uma representação, mas sim efetivamente estar presente na mente no lugar de algo cuja realidade é um fato fora da mente.
- ⁷ Aqui devemos salientar que, conforme o próprio Descartes alerta, não se trata de imagem como conteúdo da imaginação ou como uma representação sensível de algo. Trata-se, isto sim, de definir a função da *idéia*. Esta constitui uma representação que se remete a um correlato original que não se encontra na própria *idéia*. Mais adiante clarificaremos melhor essa questão.

- ⁸ O objeto representacional independe, em princípio, de qualquer existente exterior ao pensamento. A dúvida propicia que se rompa qualquer cadeia causal entre entes externos e idéias, mas não nega a existência das próprias idéias. Sendo assim, temos como fato verdadeiro que, mesmo perante uma dúvida radical, as idéias que tenho são minhas idéias e, enquanto tomadas em si mesmas, são verdadeiras. Cf. DESCARTES, 1983, *Terceira Meditação*, p. 101.
- ⁹ Isto fica claro, no começo da Segunda Meditação, quando Descartes explicita a sua estratégia de extrair da dúvida radical algo de certo e indubitável. (DESCARTES, 1983, p. 91)
- ¹⁰ Característica extremamente importante, pois, desse momento em diante todo o conhecimento somente pode ser alcançado através da análise de representações, únicos dados imediatamente percebidos pelo entendimento.
- ¹¹ Dado que o pensamento é uma substância finita e que sua característica mais importante, sua essência, não permite sua divisibilidade, somente a razão pode conceber a distinção entre a substância pensante e seus atos reflexivos. Esse fato é decisivo, pois, se assim não fosse as idéias configurariam um mundo a parte existindo internamente ao sujeito independentemente de sua natureza essencial.
- ¹² Objeto tomado aqui no sentido de objeto material ou extenso. Descartes faz uma distinção entre estes dois usos do termo. Na mente, objeto se refere às representações que tem realidade; na experiência, objeto se refere àquilo que tem extensão e pode, eventualmente, ser causa de alguma idéia (DESCARTES, 1966, 344). Conferir também as *segundas respostas*, Razões (DESCARTES, 1966, 390).
- ¹³ Aqui é necessário ter em mente o que foi exposto na nota 6. A questão de se as representações são ou não distintas da substância pensante é motivo de polêmica tendo em vista o fato de que existem apenas duas substâncias finitas, uma pensante e outra extensa. Se as representações são distintas, por sua realidade, do pensamento e também não são extensas, pela sua própria natureza, então como classificá-las? Essa questão merece uma análise mais acurada.
- ¹⁴ Deve-se notar que as essências matemáticas também são representações e contêm um alto grau de realidade pelo fato de serem claras e distintas, mas não são objetos físicos nem correspondem a eles diretamente.

REFERÊNCIAS

ADAM, C. e TANNERY, P. (orgs.). *Œuvres de Descartes*, Paris: CNRS/Vrin, 1973-1978.

DESCARTES, René. *Œuvres et Lettres*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

_____. *Regras para a direção do espírito*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

_____. *Discurso do método*. Brasília, Editora UnB, 1981.

_____. *Princípios da filosofia*. São Paulo: HEMUS, 1968.

_____. *Obras: Discurso do método, Meditações, Objeções e respostas, As paixões da alma, Cartas*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- _____. *Observaciones sobre el programa de Regius*. Buenos Aires: Aguilar, 1980.
- _____. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Edição Bilingüe. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1999.
- ALQUIÉ, FERDINAND. *A filosofia de Descartes*. Lisboa: Presença, 1980.
- CLARKE, Desmond M. *La filosofía de la ciencia de Descartes*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- COTTINGHAM, J. *Dicionário Descartes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. *A filosofia da mente de Descartes*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- GUEROULT, M. *Descartes selon l'Ordre des Raisons I: l'âme et Dieu*. Paris: Aubier, 1968a.
- _____. *Descartes selon l'Ordre des Raisons II: l'âme et le corps*. Paris: Aubier, 1968b.
- LANDIM, R. *Evidência e verdade no sistema cartesiano*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. "Sobre a verdade". In: *Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte: Síntese nova fase (20), 1993; pp. 459-475.
- MARQUES, J. *Descartes e sua concepção de Homem*. Seguido de uma tradução do "Tratado do Homem". São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SHEA, William R. *La magia de los números y el movimiento*. Madrid: Alianza Universidad, 1990.
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- BEYSSADE, Michelle. "A dupla imperfeição da idéia segundo Descartes". In *Analytica*. São Paulo: Analytica (2), 1997; pp. 37-49.
- ROCHA, Ethel M. "O conceito de realidade objetiva na Terceira Meditação de Descartes". In *Analytica*. São Paulo: Analytica (2), 1997; pp. 203-218.
- WILSON, Margaret D. "Naturezas verdadeiras e imutáveis". In *Analytica*. São Paulo: Analytica (2), 1997; p.p. 235-256.
- GLEIZER, Marco A. "Considerações acerca da doutrina cartesiana da livre criação das verdades eternas". In *Verdade, Conhecimento e Ação*. São Paulo: Edições Loyola. 1999; pp. 183-198.
- LEVY, L. Representação e Sujeito: o conceito cartesiano de idéia. In *Verdade, Conhecimento e Ação*. São Paulo: Edições Loyola. 1999; pp. 233-245.
- CHAPPELL, Vere. "The Theory of Ideas". In *Essays on Descartes' Meditations*. Berkeley Los Angeles: University of California Press, 1996.
- LEOPOLDO E SILVA, F. *Descartes: a Metafísica da modernidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- BEYSSADE, Jean-Marie. *La philosophie première de Descartes*. France: Flammarion, 1979.
- _____. *Descartes au fil de l'ordre*. Paris: PUF, 2001.
- _____. A teoria cartesiana da substância. Equivocidade ou analogia? In *Analytica*. São Paulo:

Analytica (2), 1997; pp. 203-218.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

GAUKROGER, S. *Descartes. Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ Contraponto, 2002.

RODIS-LEWIS, G. *Descartes, uma biografia*. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1995.

WILLIAMS, Bernard. *Descartes: el proyecto de la investigación pura*. Col. Teorema, trad. J. A. C. Mármol. Madrid: Catedra, 1978.

BEYSSADE, Michelle. "Le dualisme cartésien et l'unité de l'homme". In: ÉVORA, F. R. & GIACOIA Jr., O. *Idéias de subjetividade na Filosofia Moderna e Contemporânea*. São Paulo, Conferências, ANPOF, 1997; pp. 1-9.